

A «RIQUEZA DO POBRE»

Relações pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros

LIA FREITAS GARCIA FUKUI

Introdução

Entendemos por sitiante tradicional o pequeno produtor rural, proprietário, arrendatário, posseiro ou parceiro, que trabalha a terra para viver, com a ajuda da mão-de-obra familiar, sem objetivo de lucro e que vende o excedente de sua produção em troca de produtos manufaturados. Culturalmente, o sitiante tradicional é o caboclo, que toma denominações diversas segundo a região onde vive, mas que aqui é distinguido como categoria social específica segundo as formas de produção que lhe garantem, bem ou mal, autonomia de trabalho para si e sua família (1).

Durante muito tempo foi menosprezada a importância desta categoria social no meio rural brasileiro. Trabalhos recentes, datando especialmente de 1963, têm mostrado a peculiaridade, a importância numérica e mais ainda a homogeneidade do gênero de vida desta camada pelo Brasil quase inteiro (2). É impossível avaliar precisamente qual a porcentagem de população rural

(1) O sitiante tradicional é assim o equivalente do camponês como o definiu H. Mendras — *Manuel de Sociologie Rurale*, Institut de Sciences Politiques, Paris, 1956 3 fasc. polycopié.

(2) Especialmente os seguintes trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz: «Uma categoria rural esquecida» in *Revista Brasiliense* n.º 45 jan.-fev. 1963, pp. 85-97; «O catolicismo rústico no Brasil» in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 5, 1968, pp. 103-123; «Le paysan brésilien et la perception des étendues» in *Perspectives de la sociologie contemporaine* P.U.F. Paris 1968, pp. 269-287; «Bairros rurais paulistas» in *Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. XVII, 1967, pp. 63-208; e mais — *Relatórios de pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, inéditos, São Paulo.

tradicional que é sitiante. Tentativas aproximadas, como a de Jacques Lambert (3) no entanto, permitem afirmar que é uma camada bastante numerosa, espalhada por toda parte, tanto em regiões novas, como em regiões de povoamento antigo e também em regiões que sofreram o impacto e as conseqüências da urbanização e industrialização.

A vida familiar desta categoria social é praticamente desconhecida. Dois ou três trabalhos foram publicados sobre o tema: "A vida familiar do caipira" (4) de Antonio Candido que descreve, numa perspectiva etnológica, as instituições que norteiam as relações entre os membros do grupo familiar do caipira paulista; o estudo de comunidade "Família e Comunidade" de Oracy Nogueira que descreve alguns traços distintivos da família desta camada rural (6); e o artigo *Status e papel social da mulher em Palmeirinhas*, de Odette Rosa da Silva, que analisa a mudança da posição da mulher, dentro do grupo familiar, no decorrer de duas gerações, num bairro rural tradicional paulista (5).

O presente artigo junta-se aos trabalhos acima citados e procura focalizar as relações pais e filhos no grupo familiar do sitiante tradicional; tem o objetivo de verificar os traços distintivos da família na camada sitiante para depois apreender a que modelo estrutural ele se refere.

Tendo sido verificada, em trabalhos anteriores, a homogeneidade do gênero de vida do sitiante tradicional pelo Brasil inteiro (7) lançamos aqui a hipótese de que a educação e, conseqüentemente, as relações pais e filhos são semelhantes para toda esta camada.

Os dados apresentados neste artigo foram obtidos em duas regiões diferentes do ponto de vista do desenvolvimento econômico: no sertão da Bahia, (município de Santa Brígida) em pleno nordeste seco considerada uma das regiões mais tradicionais do Brasil; e no município de Jucituba — sertão de Itapeçerica da Serra a 80 km da cidade de São Paulo. A pesquisa teve por objetivo estudar grupos de vizinhança existentes em cada um dos lugares citados. Tratava-se de verificar a existência ou não de traços diferenciais devidos à diversidade de desenvolvimento nas duas regiões. Estamos, com estes dados, dentro de uma perspectiva um pouco mais ampla que os trabalhos sobre a família anteriormente citados, já que podemos comparar duas áreas diversas e verificar a homogeneidade ou heterogeneidade da vida familiar nos dois grupos.

(3) Lambert, Jacques — *Os dois Brasis*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1959, p. 85.

(4) Souza, Antonio Candido de Mello e — «A vida familiar do caipira» in *Parceiros do Rio Bonito* — Livraria José Olympio Editora, 1964, Rio de Janeiro, pp. 184-209.

(5) Silva, Odette Rosa da — «Status e papel social da mulher em Palmeirinhas» in *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos*, vol. 1, n.º 1, 1968.

(6) Nogueira, Oracy — «Família e comunidade estudo sociológico de Itapetininga» — C.B.P.E. série VI, in *Sociedade e educação*, Rio de Janeiro, 1962, 542 p. 2.ª edição.

(7) ver nota 2.

Os grupos de vizinhança estudados compõe-se de famílias vivendo em habitat disperso, tendo uma organização social não estratificada, baseada na ajuda-mútua no trabalho, na participação em festas religiosas e nas relações de compadrio. O sistema de parentesco é bilateral. A forma comum de união é o casamento costumeiro, quer dizer, sancionado pelo próprio grupo, não sendo habituais as sanções religiosas e legais. Do ponto de vista da organização familiar encontramos: a família conjugal completa formada por pai, mãe e filhos solteiros, às vezes um velho viúvo, ou filhos adotivos; a organização é patrifocal, se bem que marido e mulher tenham uma posição quase igualitária. O segundo tipo de família é composto da mãe e dos filhos e eventualmente de um companheiro da mãe; ela se caracteriza por uma "poliandria sucessiva" (8) e é matrifocal, quer dizer, a mãe é o centro da família e os filhos lhe pertencem exclusivamente.

Encontramos estes dois tipos tanto no grupo de vizinhança localizado no Nordeste seco, como no localizado em São Paulo. Quais as relações entre pais e filhos nestes dois tipos de família?

Definição da infância e imagem da criança

A infância entre os sitiantes tradicionais tem uma duração muito breve e não ultrapassa a idade de seis-sete anos (9). Depois deste limite de idade, meninos e meninas tornam-se responsáveis por tarefas de que são encarregados.

Até a idade de três anos, a criança é considerada um ser frágil e irresponsável. Seus caprichos, suas necessidades, sua inaptidão são toleradas de boa vontade. A educação limita-se a restringir seus movimentos e à satisfação de suas necessidades fundamentais. Algumas regras elementares de comportamento e algumas noções tradicionais de higiene lhe são também inculcadas, assim como a obediência aos pais e aos padrinhos; se ela desobedece, é repreendida e às vezes castigada fisicamente. No entanto, frequentemente os pais chegam a bons resultados recorrendo unicamente à sua autoridade moral.

De um modo geral, a criança é considerada um ser rebelde que deve se tornar submissa e dócil para com os adultos, deve trabalhar e cumprir suas obrigações familiares.

Suas responsabilidades aumentam com a idade e os castigos tendem a diminuir na medida em que a criança se submete às prescrições dos adultos. Paralelamente, assim que ela começa trabalhar, pode tomar iniciativas e goza de maior liberdade.

(8) Poliandria sucessiva: a mulher se une sucessivamente a diversos companheiros.

(9) Nisto o filho do sitiante tradicional não é diferente das demais crianças pertencentes a camadas inferiores, mesmo das cidades.

Um pequeno rito de passagem marca o fim da infância e a entrada na vida adulta: o acesso à propriedade dos instrumentos de trabalho; ganha uma enxada para o trabalho da roça, um facão para cortar lenha e também para se defender.

A partir de então, a criança goza de liberdade de trabalho; deve no entanto ajudar seus pais em troca de casa e comida. A menina deve ajudar nos trabalhos domésticos e suas tarefas são mais pesadas. As crianças são assim consideradas adultos em miniatura, e suas atividades trazem uma ajuda substancial ao grupo familiar.

Aos treze-quatorze anos, espera-se dos jovens um comportamento adulto. O adolescente é inteiramente responsável de seus atos, deve ser capaz de trabalhar a terra, cuidar dos animais, caçar, pescar, fazer objetos de indústria doméstica e os trabalhos caseiros se se trata de uma jovem. São regras de conduta primordiais: o respeito aos mais velhos e as relações de solidariedade com as pessoas da família e com os vizinhos. São estas as principais regras morais que orientam seu comportamento em grupo.

Não encontramos até aqui diferenças nem entre os dois tipos da família; nem entre os grupos de vizinhança das duas regiões; nem, o que é mais importante, entre meninas e meninos; a definição de infância e a imagem da criança parecem semelhantes nos dois casos. A diferenciação por sexo começa depois dos sete anos.

Participação da criança na vida social e econômica

O trabalho da criança

Desde os três ou quatro anos, as crianças começam a trabalhar e a contribuir para a manutenção do grupo familiar. Graças à mão-de-obra infantil, o nível de vida de uma família pode melhorar pouco a pouco. Não é portanto sem razão que as crianças são consideradas como "a riqueza do pobre". Há mesmo um ditado popular no Norte que diz: "os últimos escravos do Brasil são as crianças" (10) ilustrando bem a importância e a posição subordinada dos jovens na empresa familiar.

A criança começa a ajudar seus pais executando pequenas tarefas: trazer água àqueles que trabalham na roça, cuidar dos bebês enquanto os pais se ocupam das tarefas cotidianas, empilhar lenha, dar de comer e beber à criação. Ela aprende a utilizar os instrumentos de trabalho imitando os gestos dos adultos e usando para isto pedaços de velhas enxadas e foices por estes abandonadas.

(10) Citado por Wagley, Charles — *Itá, uma comunidade amazônica*, Brasília, Cia. Editora Nacional, série 5, 401 p., 1958.

Pouco a pouco, a criança é solicitada a cumprir tarefas mais complexas e mais difíceis: acender o fogo, fazer café, lavar louça, procurar lenha, etc. Sua habilidade, sua disposição para o trabalho, assim como sua coragem no cumprimento de tarefas difíceis, são sempre elogiadas pelos adultos, o que estimula seu desenvolvimento e sua boa vontade. As técnicas que deve aprender são rudimentares e a criança tem apenas que seguir os adultos, tentando alcançar o mesmo ritmo que estes. Sua participação no trabalho é progressiva, determinada pelo crescimento de sua força física e habilidades. Ela aprende um pouco ao acaso a semear milho e feijão, a plantar mandioca, a fazer roçados e a cuidar dos animais. Assimila os conhecimentos tradicionais sobre a mudança das estações, sobre os períodos propícios às diversas culturas, sobre a escolha dos melhores solos. Adquire noções indispensáveis à fabricação de objetos domésticos.

Por volta de nove ou dez anos, uma criança é capaz de trabalhar no mesmo ritmo de seus pais; é capaz também de escolher os melhores solos e prepará-los para o cultivo. O menino sabe cuidar dos animais, fazer trabalhos com metal e couro; sabe também manejar armas de fogo utilizadas para a caça e a defesa pessoal. A menina da mesma idade executa todos os trabalhos domésticos, faz sabão, rapadura, farinha, banha. O artesanato também não foi esquecido: ela sabe fabricar cestos de palha, utensílios de cerâmica. Outrora aprendia também a fiar e tecer, mas esta técnica, hoje em dia, desapareceu quase completamente.

Quando a criança aprendeu o essencial das técnicas tradicionais, ganha do pai um pedaço de terra para cultivar por conta própria, nos momentos em que não é obrigada a trabalhar nas roças dos pais. Se ela recebe dos padrinhos alguns ovos que faz chocar, uma galinha, um bacorinho ou mais raramente, um bezerro, pode desenvolver a sua criação, aumentando assim, pouco a pouco, seu pequeno patrimônio (11).

Com a devida permissão do pai, o adolescente pode trocar ou vender uma parte de seus bens e comprar roupas, um par de sapatos, um facão ou mesmo um frasco de perfume. Tais objetos podem ser trocados por outros, procurando assim obter algum lucro, aumentando seus haveres. Seu trabalho individual tem por fim sempre aumentar seu próprio patrimônio.

Quando o adolescente começa a fazer trocas, começa a ter maiores contatos com outras pessoas além dos familiares; vai só ou acompanhado por seu pai às feiras ou vendas do bairro ou da vila. Na medida em que o menino estabelece contatos com a comunidade, procura aprender outras atividades, agora no grupo de localidade e não mais no grupo de vizinhança; pode tornar-se aprendiz de ferreiro, padeiro ou marceneiro, ou então, trabalhar a

(11) Este comportamento não parece diferente daquele do parceiro que recebe um pedaço de terra a cultivar e que dá «dias de trabalho» ao proprietário. Parece possível dizer que a parceria começa no interior da família.

sôldo para um comerciante ou um feirante que vai de vila em vila vender sua mercadoria.

A menina recebe tratamento análogo ao do menino; no entanto, goza de menos liberdade em relação as pessoas que não pertencem ao grupo de vizinhança. Ela pode fazer trocas com outras meninas ou com vizinhas; pode tornar-se aprendiz de costureira ou ajudar a mulher de algum comerciante a cuidar de seus filhos.

O respeito à propriedade privada e aos bens, o gosto pelas trocas e os negócios são inculcados muito cedo nos jovens pelos adultos.

O mutirão — trabalho coletivo não remunerado destinado à ajuda-mútua entre vizinhos — atrai periodicamente adultos e jovens. Toma ares de festa e é ocasião de reunião num grupo de vizinhança. O menino e o pai participam do mutirão propriamente dito — trabalho de enxada e foice, enquanto a menina e a mãe participam da cozinha, destinada a alimentar a todos os presentes. Assim, os sitiantes tradicionais obtêm maior número de braços do que aqueles existentes no grupo familiar e roçados mais extensos conforme suas necessidades.

Esta descrição mostra que a idade escolar coincide com o momento em que a criança começa a ser braço útil à família. Além disso, de um modo geral, o ano escolar coincide com os ciclos agrícolas; como era de se esperar a freqüência à escola é mínima. Mesmo quando não há longas distâncias a percorrer (e era o caso do grupo de vizinhança que estudamos no Nordeste), as crianças freqüentam pouco a escola. A maioria não chega a completar um ano de escolaridade e frequentemente as poucas noções aprendidas são em seguida esquecidas porque não são utilizadas na vida cotidiana.

Ao chegar aos quinze ou dezesseis anos, os jovens acumularam todo conhecimento que os transformam em adultos capazes de viver independentes. Se juntaram alguns bens, podem romper os elos econômicos com os pais. Resta-lhes encontrar um cônjuge e formar nova célula familiar. Se não acumularam bens, casam-se e continuam a trabalhar como parceiros para o pai, o sogro ou mesmo o padrinho, dividindo seu tempo entre o trabalho individual e o trabalho nas terras de outro adulto mais poderoso.

As formas de educação e as relações sociais

Tanto nas famílias conjugais como nas famílias incompletas, a criança é socializada até a idade adulta no interior dos grupos primários (família, vizinhança) e vive isolada de outros meios sociais mais complexos.

Desde o nascimento, a criança é cuidada quase exclusivamente pelas mulheres do grupo doméstico: a mãe, as irmãs e eventualmente a avó. Os homens participam pouco da educação dos filhos; sua responsabilidade consiste em obter recursos para a manutenção do grupo familiar. O pai se ocupa da

venda dos excedentes das colheitas e dos produtos da indústria doméstica e da troca de animais. A aspiração de todo sitiante tradicional brasileiro é tornar-se um comerciante estabelecido no bairro ou na vila, o que é símbolo de ascensão social. A maior parte, porém, não chega a realizar esta aspiração e continua a trocar e a vender os produtos no grupo de vizinhança, nas vendas, nas feiras dos arredores. Antes da colheita, não há muito trabalho no campo; o pai deixa o sítio sob inteira responsabilidade da mulher e dos filhos e vai procurar trabalho fora, de preferência nos sítios e fazendas de agricultura comercial.

Para a criança, o pai representa a autoridade. Suas relações são caracterizadas pela distância social, pelo respeito e mesmo pelo medo. As crianças têm diante do pai sempre uma atitude reservada, falam pouco e em voz baixa, ficam quietos enquanto o pai conversa com outros adultos, nunca participando da conversa. Nunca interrompem os mais velhos, não respondem quando repreendidos. É raro que uma criança saia com o pai. Os homens não têm paciência com as crianças; educar é considerado "obrigação de mulher". No entanto, assim que a criança é julgada quase adulta, quando já é responsável por algumas tarefas de importância, adquire o direito de fazer companhia a seu pai, guardando sempre uma atitude de respeito; por exemplo, os jovens não fumam diante do pai e devem obedecer-lhe enquanto morarem sob o mesmo teto.

No entanto, a influência do pai cessa completamente a partir do momento em que o filho deixa a casa paterna, o que este faz frequentemente desde que seja considerado adulto. Os rapazes podem trabalhar por conta própria, fazer longas viagens ou viver com algum parente ou padrinho. As moças da mesma idade têm menos liberdade mas podem, sem grande, sair de casa para trabalhar sem por isso sofrer sanção alguma.

A mãe é realmente o centro da vida familiar; se do ponto de vista da autoridade a família é patrifocal, do ponto de vista da organização das relações ela é ao contrário matrifocal. A mãe assegura a existência e a continuidade da célula familiar. Ela está sempre ocupada no trabalho da roça, na indústria doméstica, no conjunto de trabalhos domésticos; além do mais, ela se ocupa da educação dos filhos e do cuidado de velhos e doentes. Ela tem direito, como seu marido e seus filhos, de vender ou de trocar produtos e objetos da indústria doméstica para comprar produtos manufaturados. A natureza dos trabalhos por ela empreendidos, não obstante, obrigam-na a uma vida mais estreitamente ligada ao sítio.

As relações entre mãe e filhos são muito próximas; mãe e filhos estão juntos por toda parte na roça, nas feiras, nas festas religiosas. O bebê é sempre transportado em seus braços, apoiado a tiracolo em sua cintura. Mesmo um bebê de algumas semanas é levado à roça. Enquanto sua mãe trabalha ele é deixado numa rede ou numa grande gamela de madeira, ao abrigo do sol e sob suas vistas.

A criança é amamentada até a idade de mais ou menos dois anos. Come quando tem fome, sem nenhuma disciplina; recebe toda espécie de carinhos e atenções, e dorme na mesma cama ou rede que sua mãe. A única exigência que lhe é feita é de que fique tranquila; se chora sem motivo é castigada. Assim que um bebê aprende a andar, a falar, a fazer pequenas tarefas, sua vida muda muito; recebe menos carícias e menos atenções, passa a dormir com seus irmãos e passa também a ser cuidado por estes. É a partir deste momento que as diferenças de atividades do menino e da menina tornam-se sensíveis; a menina é solicitada pelos trabalhos domésticos e o cuidado dos irmãos; o menino é levado a fazer trabalhos fora de casa; no entanto, se não há meninas na casa, o irmão ajuda igualmente sua mãe nos trabalhos domésticos habitualmente reservados às meninas.

Cuidando dos irmãos mais jovens, a menina ajuda a mãe e ao mesmo tempo, aprende o papel que desempenhará no futuro. Os irmãos pequenos, submissos às irmãs, tornam-se seus iguais na medida em que desempenham tarefas de alguma responsabilidade.

A família cresce frequentemente pela inclusão de filhos adotivos. Não há nenhuma diferença entre estes últimos e os filhos legítimos; eles são acariciados ou punidos da mesma maneira que os demais. Economicamente são valiosos porque assim que se tornam maiores, aumentam o número de braços na família e o nível de vida da mesma se eleva.

A exteriorização de afeto entre mãe e filhos ou mesmo entre crianças, diminui com a idade e é substituída por relações carregadas de respeito para com os mais velhos. Não obstante, mãe e filhos permanecem muito ligados, vão juntos a festas religiosas, a romarias, a reuniões familiares (casamentos, velórios) e às visitas aos membros da parentela. Conversam, contam estórias e as últimas novidades da vizinhança, tanto nos momentos em que trabalham quanto nos momentos de lazer. Durante a estação chuvosa, sentam-se perto do fogo, contam lendas, estórias fantásticas, adivinhações e provérbios; assim os adultos da família transmitem aos jovens sua sabedoria e a experiência, assim como a do grupo. Se vizinhos ou parentes visitam a casa, as crianças não têm o direito de participar da conversa dos adultos. De maneira geral, nas visitas, há separação segundo os sexos e a idade: as mulheres ficam na cozinha, os homens ocupam a sala ou a frente da casa; as crianças ficam à parte, separadas também segundo os sexos — meninos de um lado, meninas de outro.

Fora do grupo doméstico, a criança mantém elos estreitos com seus padrinhos que devem substituir seus pais se necessário. Na vida cotidiana, as relações entre padrinhos e afilhados se limitam a troca de presentes, a uma ajuda quando o afilhado começa a trabalhar por conta própria ou por ocasião de seu casamento. O afilhado deve também ajudar o padrinho se este se encontra em dificuldades ou se tem necessidade.

Além de seus deveres em relação aos padrinhos, o rapaz ou a moça têm deveres para com os demais membros da família (tios, tias) assim como para com os vizinhos — sempre no sentido da cooperação e ajuda mútua.

A grande diferença entre a família conjugal completa e a família incompleta reside no fato de que, na segunda, a mãe desempenha o papel de chefe da família; ela assume a sua direção. Seu companheiro desempenha um papel secundário. Desaparece quase completamente a importância do pai, enquanto a importância da mãe aumenta consideravelmente. A sobrevivência da família depende, pois, também e muito da ajuda trazida pelas crianças ao trabalho do sítio; participam dos trabalhos de mutirão e se empregam nos sítios vizinhos ou nas fazendas nos períodos em que o trabalho no grupo doméstico diminui. Se os filhos são numerosos, a mãe tenta "dá-los" a outras famílias, ficando apenas com aqueles que podem ajudá-la, para poder melhor prover às necessidades do grupo e à própria subsistência.

Algumas reflexões sobre a posição da criança na família do sitiante tradicional brasileiro

A descrição que acaba de ser feita mostra de maneira bastante clara algo que nos surpreendeu: enquanto a separação entre os sexos, na família, é um fato que reflete sobretudo a atribuição de tarefas especiais às meninas, a imagem da criança, sua posição no interior do grupo familiar e suas relações com os pais não parecem diferenciar-se muito, quer se trate de um menino ou de uma menina, a não ser quando se tornam bem mais velhos. Mesmo no que concerne às obrigações de trabalho, a divisão não é absoluta: se não há meninas, os meninos se ocupam dos trabalhos domésticos. Haja ou não meninos, as meninas trabalham sempre na roça. A separação entre os sexos parece portanto muito mais moral do que funcional. Esta é uma hipótese que a análise precedente nos autoriza a formular mas que necessitaria ser verificada por estudos mais aprofundados.

A facilidade com a qual a mãe assume a direção da família quando falta o pai é talvez o resultado desta espécie de homogeneidade na socialização e na educação de meninos e meninas na família do sitiante tradicional brasileiro.

Fala-se muito do "patriarcalismo" da família brasileira no sentido de que em nosso tipo de família a dominação do homem sobre a mulher seria sempre total. Ora isto não parece confirmado por nossa análise para a família do sitiante tradicional brasileiro. Ela nos parece nitidamente "gerontocrática" mas não "patriarcal": quer dizer que o adulto de ambos os sexos tem uma posição evidente de dominação em relação ao imaturo. Seria necessário também analisar mais em profundidade qual a posição dos *velhos* dentro do grupo familiar; apenas tal análise poderia confirmar nossa hipótese de "família gerontocrática". Mesmo assim, o que acabamos de descrever permite afirmar que os grupos familiares analisados pertencem a uma organização camponesa

de vida, a qual é caracterizada por uma maior importância do grupo adulto em relação ao grupo pouco avançado em idade e pela autoridade dos velhos sobre os jovens.

A existência de camponeses no Brasil foi durante muito tempo controversa: estudos sócio-antropológicos recentes demonstraram a sua existência. O estudo de família que efetuamos em dois grupos de vizinhança tão distantes geograficamente um do outro traz uma nova prova: a socialização das crianças parece conforme àquela que se encontra nos grupos camponeses em geral.

A decadência do sítio tradicional, repercussões sobre a vida familiar e a educação das crianças

Os efeitos da industrialização e da urbanização intensas em certas regiões do país provocam uma transformação irreversível no gênero de vida do sítio tradicional brasileiro. As transformações que sofrem são diferentes segundo a região e segundo a proximidade maior ou menor das cidades industrializadas. Nos dois grupos de vizinhança estudados, a decadência era completa no sertão de Itapeverica; enquanto no sertão da Bahia uma transformação lenta se processava, havendo equilíbrio entre o gênero de vida tradicional e as mudanças sócio-culturais que eram paulatinamente assimiladas (12).

A decadência, portanto, se verifica sobretudo na região sul. A cidade industrializada é abastecida por agricultores e não mais por sítios tradicionais. Estes perdem o mercado para sua produção e caem na miséria completa. As famílias abandonam o trabalho de suas terras e procuram, cada vez mais, um trabalho assalariado. O salário pago individualmente ao marido ou à mulher é insuficiente para a sobrevivência do grupo familiar. Nas fazendas de agricultura comercializada, é raro que crianças sejam empregadas, elas se tornam assim, até a idade de catorze anos, um encargo para os pais. A partir desta idade, é possível encontrar algum trabalho e conseqüentemente um ganha-pão. A falta de mercado igualmente para os produtos da indústria doméstica acelera o desaparecimento das técnicas tradicionais e de um trabalho mais adaptado às crianças. Adultos e crianças são forçados a contar apenas com sua força física e aceitar toda espécie de trabalho pesado.

Enquanto no Sul a industrialização transforma rapidamente a organização das famílias de sítios tradicionais, no Nordeste o êxodo da população rural masculina que parte para o Sul à procura de uma vida melhor deixa no meio rural mulheres, velhos e crianças. As famílias incompletas tendem a tornar-se mais e mais numerosas na medida em que um desequilíbrio demográfico se instala na região. Estas famílias, por sua vez, tem um nível de vida cada vez mais baixo, pois falta-lhes o trabalho do homem adulto. Para enfrentar novas

(12) Ver especialmente Pereira de Queiroz, M. I. — «Désorganisation de petites communes brésiliennes» in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XXVIII, Paris, 1960.

dificuldades, as mulheres são obrigadas a intensificar a fabricação e a venda de objetos artesanais e a recorrer ao trabalho das crianças. Estes são sobrecarregadas com as inúmeras tarefas domésticas e sua educação tradicional se transforma, empobrecendo cada vez mais; tornam-se unicamente braços válidos para o trabalho bruto, segundo sua força física.

Enquanto a organização da família era a mesma nos dois grupos de vizinhança que analisamos, os quais tinham conseguido manter relativo equilíbrio de vida, outros grupos na região de Itapeçerica sofriam um processo de transformação ou desapareciam. No Sul, o grupo tende a desaparecer; é preciso porém verificar se este desaparecimento se encontra por toda parte, ou se ele não é apenas característico da periferia das grandes cidades industriais, como foi o caso que estudamos. No Nordeste, o grupo se transforma com a proliferação de famílias incompletas e a diminuição de famílias completas. Em ambos os casos, o nível de vida baixa consideravelmente e a socialização da criança se modifica. Outras pesquisas são necessárias para analisar as mudanças. Ao que tudo indica, como mostramos antes, as modificações na socialização da criança serão diferentes quer se trate de uma transformação parcial da organização familiar do sitiante tradicional (Nordeste) ou de uma transformação total (São Paulo) (13).

(13) Outros trabalhos citados que poderão ser consultados: Fukui, Lia Freitas Garcia — Os sitiantes tradicionais do sertão de Itapeçerica, MS. Gomes, Josildeth da Silva — «A educação nos estudos de comunidade no Brasil» in *Educação e Ciências Sociais*, 1(2), pp. 63-105, 1956.